



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SUBSECRETARIA DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

LEILÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ

OBJETO: A realização de Leilão para cessão onerosa e definitiva de direito autônomo ao recebimento dos direitos creditórios tributários de titularidade do Município de Macapá/AP, inclusive os inscritos em dívida ativa, a entes privados, instituições financeiras ou a fundos de investimento regulamentados pela CVM, nos termos da Lei Complementar nº 208/2024 e da Lei Municipal nº 2.866/2024

VALOR MÍNIMO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 528.496.236,37 (Quinhentos e vinte e oito milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, duzentos e trinta e seis reais e trinta e sete centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

- INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: AS 14Hh. DIA 18/02/2026, até às 17h59min do dia 11 de março de 2026.
- ABERTURA DAS PROPOSTAS: AS 09h 00MIN. DIA 12/03/2026.
- Através da plataforma Licitanet (<https://licitanet.com.br/>).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Maior Oferta

MODO DE DISPUTA: [aberto]

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: Não



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SUBSECRETARIA DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32.01.009/2026
EDITAL DE LEILÃO Nº 001/2026

O Município de Macapá, Estado do Amapá, por intermédio da **Secretaria de Planejamento, Orçamento e Tecnologia da Informação**, através do servidor designado pela autoridade competente da Administração pela **Portaria nº 001, de 14/01/2025**, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **LEILÃO**, na forma **ELETRÔNICA (ONLINE)**, do tipo **MAIOR LANCE, igual ou superior ao valor mínimo de oferta para cada lote**, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 208/2024, que alterou a redação do art. 39-A da Lei nº 4320/1964 e os Arts. 174 e 198 da Lei nº 5.172/1966 (CTN, Lei Municipal nº 2.866/2024 e demais comandos legais pertinentes, colocando à disposição dos interessados as normas a serem seguidas para sua realização, detalhadas neste Edital.

A presente licitação realizar-se-á no local, datas e horários especificados na Tabela a seguir:

Local da Sessão:	Licitanet - https://licitanet.com.br/
Abertura da Sessão Pública:	09hr e 30min do dia 12/03/2026
Modo de Disputa:	Aberto
Critério de Julgamento:	Maior Oferta
Referência de Tempo	Horário Local de Macapá
Registro de Preços	Não
Instrumento Contratual	Contrato - Lei Federal nº 14.133/21
Licitação exclusiva ME/EPP	Não
Reserva de Cota ME/EPP	Não
Permite consórcio	Sim
Permite participação de Cooperativas	Sim
Permite participação de Pessoa Física	Não
Permite subcontratação	Não
Exige qualificação específica	Não
Exige teste/ amostra/demonstração	Não
Indica marcas/modelos	Não
Exigência de garantia	Sim
Empenho	Não
Dotação orçamentária	Não



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SUBSECRETARIA DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

AVISOS:

A) Referência de Tempo: Todas as referências de tempo previstas neste Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública do Leilão observarão, obrigatoriamente, o horário de **Macapá – AP**.

B) O Leilão será conduzido pelo Servidor Administrativo **André Luís de Lima Moraes**, matrícula 00061683, designando pela Portaria nº 001, de 14 de janeiro de 2026.

C) Constituem Anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante para todos os efeitos:

C.1. Anexo I – Termo de Referência

C.2. Anexo II – Declarações

C.3. Anexo II - Minuta do Contrato de Cessão

D) Este Edital poderá ser baixado, na íntegra e gratuitamente, no Portal de Compras da Prefeitura de Macapá, no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP ou diretamente na Plataforma Licitanet.

E) Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto do Edital com seus anexos, prevalecerão as disposições do Edital.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Licitação tem por objeto **a realização de Leilão para cessão onerosa e definitiva de direito autônomo ao recebimento dos direitos creditórios tributários de titularidade do Município de Macapá/AP, inclusive os inscritos em dívida ativa, a entes privados, instituições financeiras ou a fundos de investimento regulamentados pela CVM, nos termos da Lei Complementar nº 208/2024 e da Lei Municipal nº 2.866/2024.**

1.2. Os Direitos Creditórios são da titularidade exclusiva do Município e se encontram livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou direitos de terceiros, ressalvadas as restrições decorrentes diretamente de sua natureza jurídica ou da legislação aplicável.

1.3. A Cessão Onerosa será formalizada mediante a assinatura de contrato, entre o Município e o licitante vencedor (arrematante), cuja minuta encontra-se em Anexo a este Edital.

1.4. A Cessão Onerosa refere-se tão somente ao direito autônomo ao recebimento do fluxo financeiro gerado pelos Direitos Creditórios, cuja titularidade formal permanecerá com o Município, sem prejuízo do exercício pelo Arrematante de direitos e prerrogativas compatíveis com sua posição jurídica de cessionário.

1.5. A Cessão Onerosa possui caráter *pro soluto*, não cabendo ao Município nenhuma responsabilidade perante o Arrematante pelo efetivo pagamento dos débitos cedidos.



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SUBSECRETARIA DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

1.6. A responsabilidade do Município perante o Arrematante fica limitada à existência e à validade dos Direitos Creditórios no momento da assinatura dos Contratos, não abrangendo eventuais alterações por força de legislação ou decisão judicial supervenientes.

1.7. Caberá exclusivamente ao Município a responsabilidade pelo cumprimento das destinações ou vinculações de natureza legal ou constitucional, aplicáveis aos valores pagos recebidos do Arrematante a título de pagamento pela Cessão Onerosa, nos termos do art. 1º, § 6º da LC nº 208/24 e do art. 1º, § 6º da Lei Municipal nº 2.866/24.

1.8. A presente cessão onerosa dos direitos creditórios, atenderá o regramento da LC 208/24, que acrescentou o art.39-A à Lei nº 4.320/64, e:

1.8.1. Preservará a natureza do crédito de que se tenha originado o direito cedido, mantendo as garantias e os privilégios desse crédito (art.39-A, §1º I);

1.8.2. Manterá inalterados os critérios de atualização ou correção de valores e os montantes representados pelo principal, os juros e as multas, assim como as condições de pagamento e as datas de vencimento, os prazos e os demais termos avençados originalmente entre a Fazenda Pública ou o órgão da administração pública e o devedor ou contribuinte (art.39-A, § 1º, II);

1.8.3. Assegurará à Fazenda Pública ou ao órgão da administração pública a prerrogativa de cobrança judicial e extrajudicial dos créditos de que se tenham originado os direitos cedidos (art.39-A, §1º, III);

1.8.4. Realizará-se-á mediante operação definitiva, isentando o Município de **Macapá/AP** de responsabilidade, compromisso ou dívida de que decorra obrigação de pagamento perante o arrematante, de modo que a obrigação de pagamento dos direitos creditórios cedidos permaneça, a todo tempo, com o devedor ou contribuinte (art.39-A, §1º, IV);

1.8.5. Abrangerá apenas o direito autônomo ao recebimento do crédito, assim como recairá somente sobre o produto de créditos já constituídos e reconhecidos pelo devedor ou contribuinte, inclusive mediante a formalização de parcelamento (art.39-A, § 1º, V).

2. FUNDAMENTO JURÍDICO

2.1. O presente certame encontra-se fundamentalmente amparado pelas disposições da Lei Complementar Federal nº 208, de 2 de julho de 2024, que acrescentou o art.39-A à Lei nº 4.320/64, conferindo o arcabouço normativo necessário para autorizar a cessão onerosa de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários. O leilão pauta-se estritamente pelos preceitos de responsabilidade na gestão fiscal e nos princípios de transparência, vantajosidade, impessoalidade, economicidade, eficiência e competitividade estabelecidas pela Lei Federal nº 14.133/2021, sob a modalidade Leilão. No âmbito local, o procedimento é regido pela Lei Municipal nº 2.886/24, que autoriza a referida alienação e define a destinação vinculada dos recursos. A cessão aqui disciplinada dar-se-á de forma definitiva, sob



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SUBSECRETARIA DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

o regime *pro soluto*, assegurando o erário municipal frente a riscos de inadimplemento, enquanto preserva a competência exclusiva do Município para a arrecadação e cobrança dos créditos, em estrita observância à natureza pública da dívida ativa e aos limites legais vigentes.

3. DO LEILÃO ELETRÔNICO

3.1. O presente Leilão será dividido em **03 (três) Lotes – Premium, Opportunity e Select** a serem leiloados e arrematados, na forma exclusivamente eletrônica (*on-line*), no dia e horário indicados neste Edital, devendo o licitante efetuar o procedimento de cadastramento prévio pelo site **Licitanet (<https://licitanet.com.br/>)**, até a data marcada para a abertura das Propostas.

3.2. Considerando que a participação no Leilão se dará na forma eletrônica (*on-line*), os licitantes eximem o Município de eventuais problemas técnicos, operacionais ou decorrentes de falha de conexão, que venham a ocorrer e impossibilitem, no todo ou em parte, a oportunidade de arrematar por essa forma, devendo acionar a Plataforma Licitanet para questões relacionadas ao suporte ao usuário.

4. DAS INFORMAÇÕES SOBRE OS DIREITOS CREDITÓRIOS

4.1. Constam do Termo de Referência, objeto do Anexo I deste Edital, a descrição detalhada dos Direitos Creditórios, a indicação da origem, valores, a estimativa de cálculo do valor atualizado e as condições básicas da operação.

4.2. Para a análise técnica e precificação dos ativos, o Município de Macapá/AP disponibiliza a **Plataforma Phoros - <https://phoros.brtec.org.br/login>**, ecossistema digital de alta performance dedicado à estruturação e transparência dos Direitos Creditórios indicados neste Leilão.

4.3. Através deste ambiente virtual, os licitantes terão acesso ao conjunto de dados pormenorizados de cada lote, incluindo os dados financeiros, fluxos de atualização, *score* e outros, respeitadas as normativas previstas na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).

4.4. O ingresso na plataforma dar-se-á mediante cadastro prévio do usuário e autenticação digital, garantindo a rastreabilidade e o sigilo das informações estratégicas e fiscais. Uma vez habilitado, o licitante poderá realizar a análise dos arquivos disponibilizados, assumindo total responsabilidade pela condução de suas próprias diligências.

4.5. A consulta direta e integral à Plataforma Phoros é condição indispensável para a formulação das propostas. Ao participar do certame, o licitante declara automaticamente ter avaliado a consistência tecnológica e jurídico-tributária dos créditos cedidos. Em virtude do amplo acesso aos dados e da natureza da cessão, fica terminantemente afastada qualquer pretensão de reclamação posterior perante o Município de Macapá sob alegação de desconhecimento das características dos créditos cedidos.

4.6. Eventuais dificuldades técnicas de acesso, problemas de autenticação ou dúvidas quanto à usabilidade da Plataforma Phoros deverão ser reportadas ao canal



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SUBSECRETARIA DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

oficial de suporte eletrônico do Município, disponível pelo E-Mail cplpsegov@gmail.com, até o dia 09/03/206;

4.7. O **Município de Macapá/AP** garante a disponibilidade da plataforma durante o período de consulta, ressalvadas as janelas de manutenção programada, que serão informadas previamente ou falhas sistêmicas externas. Na ocorrência de indisponibilidade técnica que comprometa a igualdade de condições entre os licitantes, o Município poderá, a seu critério e mediante publicação oficial, prorrogar o prazo para a realização do certame.

4.8. O acesso aos dados na Plataforma Phoros é concedido exclusivamente para a finalidade de avaliação e precificação dos ativos objeto deste Leilão. Os licitantes se comprometem com a guarda dessas informações, sendo terminantemente proibido o uso, compartilhamento ou tratamento dos dados para quaisquer outros fins, comerciais ou privados, sob pena de responsabilização civil, administrativa e criminal.

4.9. O tratamento de dados pessoais realizado através da Plataforma Phoros observa o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD) e Código Tributário Nacional – CTN, no que tange ao sigilo fiscal e suas exceções, pelo que os licitantes declaram que farão uso das informações disponibilizadas com a única finalidade de avaliação e apresentação de lances.

4.10. Para ter acesso a Plataforma, o Licitante preencherá as declarações formais referentes ao cumprimento da LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, com a indicação de responsável pelo tratamento dos dados acessados pelo licitante ou pelo consórcio, sendo o caso.

5. DO VALOR DO LANCE INICIAL E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1. O valor mínimo do Leilão será de R\$ 528.496.236,37 a ser dividido em 03 (três) lotes, conforme descrição explicitada neste tópico.

5.2. O Valor Mínimo de cada lote foi definido com base em avaliação por meio de Estudo de Viabilidade Econômico-financeira, cujo resultado encontra-se incorporado no Termo de Referência.

5.3. Antes do início da sessão pública de recebimento de lances do Leilão, os licitantes poderão realizar sua primeira oferta para cada lote, conforme previsto no Preâmbulo deste Edital.

5.4. Será considerado vencedor o licitante que oferecer o maior lance, desde que igual ou superior ao Valor Mínimo do Lote em que estiver habilitado, sem que tenha havido ofertas concorrentes superiores dentro do limite de tempo de duração do Leilão.

6. DOS LOTES

6.1. A cessão onerosa deste Leilão está estruturada em Lotes de Direitos Creditórios, agrupados conforme critérios de performance, natureza do crédito e *score* na Plataforma Phoros.

6.2. A composição analítica de cada lote, incluindo a listagem dos Certificados de



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SUBSECRETARIA DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

Dívida Ativa (CDAs), o perfil dos devedores, *scores* e os respectivos fluxos de parcelamento (se houver), encontram-se disponíveis para consulta e *due diligence* eletrônica no ambiente seguro da plataforma, sendo facultado ao licitante a participação em um ou mais lotes, conforme seu interesse estratégico.

6.3. Será adotado para o envio de lances no leilão eletrônico o modo de disputa “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.4. Cada lote possui um Preço Mínimo Inicial, calculado com base no valor do lote aplicado o desconto máximo admitido pelo Município, conforme a tabela abaixo:

Lote	Identificação do Lote (Phoros)	Valor Original do Lote	Deságio Máximo Aplicado	Valor Mínimo Inicial (R\$)	Intervalo Mínimo Lances (%)
01	Premium	R\$ 192.449.089,14	30%	R\$ 134.714.362,40	0,25%
02	Oportunity	R\$ 313.162.306,20	40%	R\$ 187.897.383,72	0,25%
03	Selection	R\$ 514.711.225,62	60%	R\$ 205.884.490,25	0,25%

6.5. A disputa ocorrerá por meio do critério de Maior Lance, partindo-se do Valor Mínimo Inicial estabelecido, **para cada lote, considerando suas especificidades.**

6.6. Para a dinâmica de lances sucessivos no modo de disputa aberto, os licitantes deverão observar o Intervalo Mínimo de Lances definido na tabela acima, sendo vedada a oferta de valores que não atendam a esse intervalo mínimo em relação ao lance imediatamente anterior.

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o intervalo mínimo de valor de lance, o prazo fixado e as regras para sua aceitação.

6.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após sua oferta, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.9. Considerando o interesse público envolvido e visando obter maior oferta, o Leiloeiro poderá suspender a sessão pelo prazo que julgar conveniente, para que os representantes das licitantes possam obter maior alçada de ofertas, desde que não comprometa a continuidade do procedimento licitatório e que tenha sido formalizado via chat da sessão pública, garantindo a transparência e a eficiência do procedimento licitatório.

6.10. Antes da classificação definitiva de preços, o Leiloeiro deverá envidar seus melhores esforços para obter a maior oferta possível, em consonância com o edital e seus anexos, negociando com os arrematantes.

6.11. Em caso de eventual empate entre propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos na Lei Federal nº 14.133/21, em conformidade com a ordem legalmente estabelecida.

6.12. Após a etapa de lances, o Leiloeiro poderá negociar melhores condições para



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SUBSECRETARIA DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

incremento da oferta.

6.13. Os direitos creditórios objeto do leilão permanecerão sujeitos à atualização contínua na plataforma eletrônica disponibilizada pelo Município, até a data da efetiva cessão e liquidação financeira da operação.

6.14. O leiloeiro proclamará como vencedor do Leilão e Arrematante, o licitante que oferecer o maior lance, devidamente aceito, desde que igual ou superior ao respectivo Valor Mínimo. Após o encerramento do Leilão, o Leiloeiro providenciará a lavratura de ata em que constará o nome do Arrematante e o lance vencedor.

7. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO E CONSÓRCIOS

7.1. Poderão participar do Leilão quaisquer pessoas jurídicas de direito privado, instituições financeiras regularmente constituídas e autorizadas a funcionar no Brasil e Fundos de Investimentos regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), ressalvadas aquelas que se encontrem em regime de intervenção ou liquidação extrajudicial, ou que forem declaradas falidas.

7.2. Também será admitida a participação por meio de consórcio formado por até três membros, sendo um deles, necessariamente, uma instituição financeira autorizada pelo BC ou fundo de investimento regulamentado pela CVM, a quem caberá a liderança e a representação exclusiva do consórcio perante o Município, assim como o exercício dos direitos e prerrogativas previstos no Contrato.

7.2.1. O segundo e o terceiro consorciados poderão ser outras pessoas jurídicas de direito privado ou instituições financeiras ou fundos de investimento regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

7.2.2. Os consorciados poderão adotar qualquer forma de rateio entre si para pagamento do preço de arrematação e recebimento dos valores dos Direitos Creditórios, mas todos serão solidariamente responsáveis pelas obrigações previstas no Edital e no Contrato.

7.3. A justificativa para limitação da formação do consórcio a, no máximo, três integrantes fundamenta-se na necessidade de conciliar a ampliação da competitividade do certame com a preservação da governança contratual e da adequada execução das obrigações dele decorrentes, porque, admitir número excessivo e indeterminado de consorciados poderia comprometer a observância das regras de deliberação e de alinhamento estratégico previstas no Contrato. A limitação imposta, longe de restringir a competitividade, reveste-se de caráter competitivo, pois assegura maior racionalidade na estruturação dos grupos, incentiva a participação de múltiplos licitantes de forma isolada ou mediante diferentes consórcios, além de evitar a concentração em um único agrupamento, em benefício da eficiência e da transparência do procedimento licitatório.

7.4. As empresas consorciadas ficam impedidas de participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada.

7.5. Para participar do Leilão, os licitantes deverão atender adicionalmente às exigências deste Edital e da legislação aplicável, bem como estar devidamente



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SUBSECRETARIA DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

cadastrados e credenciados na plataforma eletrônica Licitanet.

7.6. Não poderão participar do Leilão os interessados que incidam em quaisquer das vedações do art. 14 da Lei 14.133/2021, ou do art. 38-A, § 8º, da Lei 4.320/1964, com a nova redação dada pela Lei Complementar 208/2024.

8. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

8.1. O interessado em participar do Leilão deverá se credenciar no site Licitanet, até a data da abertura das Propostas, observando as regras nele contidas quanto à efetivação do cadastro.

8.2. Para a participação no Leilão, por meio da Plataforma Licitanet, os interessados deverão se cadastrar no portal, criar senha de acesso e encaminhar os documentos para ativação do cadastro conforme normas do site.

8.3. No ato do cadastramento, o interessado deverá apresentar os seguintes documentos:

8.3.1. Estatuto ou contrato social atualizado e regularmente arquivado no Registro de Comércio;

8.3.2. Documentos de Identidade e credenciamento do representante: CPF, RG e Autorização (Procuração), que conste expressamente a outorga de poderes para tomar quaisquer decisões em relação ao Leilão, inclusive dar lance e renunciar a eventual interposição de recurso.

8.3.3. Prova de inscrição regular no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.3.4. Certidão de autorização de funcionamento como instituição financeira, emitida pelo Banco Central do Brasil, se instituição financeira;

8.3.5. Certidão de Registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), se Fundo de Investimentos isolado ou se estiver como membro do consórcio.

8.3.6. No caso de consórcio:

8.3.6.1. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

8.3.6.2. Indicação da pessoa jurídica líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração.

8.4. Como medida de proteção ao interesse público, o pregoeiro ou a comissão responsável pelo leilão poderá, exclusivamente em relação ao licitante vencedor, requerer a apresentação de documentação complementar destinada a comprovar:

a) a exequibilidade econômica e financeira da proposta vencedora, considerando o volume, o risco e a natureza dos direitos creditórios objeto da cessão;

b) a capacidade econômico-financeira do licitante vencedor para suportar integralmente a operação, inclusive quanto ao pagamento do valor ofertado, à assunção dos riscos da cessão.

8.5. A documentação complementar poderá incluir, sem prejuízo de outros elementos pertinentes:

a) demonstrações contábeis recentes;



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SUBSECRETARIA DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

- b) comprovação de patrimônio líquido compatível com a operação;
- c) relatórios de auditoria independente, quando existentes;
- d) declarações ou documentos que evidenciem a origem dos recursos a serem utilizados;
- e) outros documentos que a Administração considere necessários à adequada avaliação da capacidade financeira do licitante vencedor.

8.6. A não apresentação, a apresentação insuficiente ou a constatação de incompatibilidade entre a proposta ofertada e a capacidade econômico-financeira do licitante vencedor autorizará a Administração a desclassificar a proposta, convocar o licitante subsequente, bem como adotar as demais medidas administrativas e legais cabíveis, sem que disso resulte qualquer direito a indenização.

8.7. Cada licitante poderá ser representado por apenas um representante, o qual será o único admitido a intervir nas fases do Leilão, respondendo pela representação para todos os fins e efeitos.

8.8. Não será permitida a representação simultânea para mais de um licitante, já se computando o próprio licitante, sob pena de exclusão sumária do Leilão dos infratores.

8.9. Não haverá fase de habilitação prévia para participação do Leilão, ou para posterior assinatura do Contrato, conforme previsto no art. 31, § 4º, da Lei 14.133/2021, o que não exime os arrematantes de apresentarem, os seguintes documentos: CND Federal, CND Estadual, CND Municipal, Regularidade com o FGTS e CNDT.

8.10. Os integrantes de consórcio deverão apresentar individualmente as respectivas certidões negativas, uma vez que o consórcio poderá ser oficialmente constituído caso vencedor do lote ao qual disputou.

9. DA GARANTIA DE PROPOSTA

9.1. Será exigido o recolhimento de 1% (um por cento) do valor mínimo inicial do lote, a título de garantia de proposta.

9.2. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação, conforme art. 58 da Lei Federal 14.133/21.

9.3. A garantia de proposta poderá ser prestada nas seguintes modalidades, conforme §1º, do art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/21:

9.3.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

9.3.2. Seguro-garantia;

9.3.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

9.3.4. Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SUBSECRETARIA DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

total.

9.4. O documento que comprova o recolhimento da garantia deverá ser anexado em campo apropriado no Sistema.

10. DA PARTICIPAÇÃO, DA ARREMATAÇÃO E DA REALIZAÇÃO DO LEILÃO

10.1. Para a efetiva participação na etapa de lances na sessão pública, deverá o interessado já ter enviado previamente as suas propostas iniciais para os lotes que deseja participar do Leilão.

10.2. Os interessados deverão oferecer lances através da plataforma de licitações Licitanet, devendo com antecedência proceder com o credenciamento sinalizado no tópico 8 deste Edital, estando cientes das normas impostas.

10.3. A partir da publicação do leilão e após estar devidamente apto a participar no sistema, o interessado poderá enviar **pré-lance (Proposta inicial)** à sessão pública, no lote de seu interesse, deixando-o registrado no sistema, que será convertido em lance na abertura da sessão.

10.4. Os lances on-line iniciarão no dia 18 de fevereiro de 2026 e a abertura da sessão ocorrerá no dia 12 de março de 2026 a partir das 09 horas – Hora Local de Macapá/AP.

10.5. Será adotado para o envio de lances no leilão eletrônico o modo de disputa “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.6. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

10.7. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.8. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

10.9. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o leiloeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, visando a oferta do melhor preço.

10.10. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Leiloeiro.

10.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

10.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do maior lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.13. No caso de desconexão com do leiloeiro, no decorrer da etapa competitiva do Leilão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o leiloeiro persistir por tempo



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SUBSECRETARIA DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo leiloeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.16. O lote será leilado e finalizado, podendo ser reiniciado o procedimento para o lote que não obtiver lances em primeira chamada ou permanecerem em aberto conforme disposto no item 10.9.

10.17. Os lances apresentados por licitantes impedidos serão desclassificados em qualquer fase do procedimento de Leilão.

10.18. A apresentação de lance implica o pleno conhecimento e a aceitação pelo licitante dos termos deste Edital e de seus Anexos, bem como das implicações legais daí decorrentes, inclusive em razão de inadimplemento.

10.19. Não será aceito pelo leiloeiro nenhum lance apresentado antes da abertura da sessão pública, exceto se realizado a título de primeira oferta e com a observância do previsto neste Edital. Tampouco serão aceitos lances apresentados após o encerramento do apregoamento pelo leiloeiro.

10.20. Somente serão considerados válidos os lances apresentados em moeda corrente nacional e digitados no site Licitanet, observadas as demais recomendações deste Edital.

10.21. O leiloeiro proclamará como vencedor de cada lote do Leilão e Arrematante, o licitante que oferecer separadamente o maior lance, devidamente aceito, desde que igual ou superior ao respectivo Valor Mínimo, sem que tenha havido ofertas concorrentes superiores dentro do prazo de duração do Leilão.

10.22. Após o encerramento do Leilão, o Leiloeiro providenciará a lavratura de ata em que constará o nome de cada Arrematante, o lance vencedor e o respectivo Lote.

11. DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO

11.1. As condições e formas de Pagamento ocorrerão conforme Termo de Referência.

12. DA INADIMPLÊNCIA E PENALIDADES

12.1. O Arrematante que não pagar tempestivamente o preço da arrematação do lote vencedor ficará sujeito à multa de 1% (um por cento) sobre aquele valor, acrescida da variação da taxa SELIC, a contar da data limite do pagamento do preço da arrematação até a data do efetivo pagamento da multa.

12.2. Além da multa prevista no item anterior, poderão ser aplicadas, de forma isolada ou cumulativa, as seguintes penalidades administrativas aos licitantes:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa de 1% (um por cento) pelo descumprimento de qualquer cláusula deste Edital, calculada sobre o Valor Mínimo do lote previsto neste Edital;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Município de Macapá, pelo prazo de 3 (três) anos, conforme o art.156, §4º, da Lei 14.133/2021;



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SUBSECRETARIA DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas por meio de processo administrativo, prescrito o direito ao contraditório e à ampla defesa.

12.3. As penalidades administrativas não excluem a aplicação das sanções previstas no Código Penal, notadamente no art. 335.

12.4. Na aplicação das penalidades, o Município considerará motivadamente a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme as orientações dos órgãos de controle.

12.5. Na dosimetria da penalidade também serão considerados os antecedentes do licitante, podendo o Município graduar ou deixar de aplicá-la, nos termos do art. 156, §1º, da Lei 14.133/2021.

12.6.

13. DOS ESCLARECIMENTOS E DAS IMPUGNAÇÕES

13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133/21.

13.2 Os pedidos de esclarecimentos e impugnações referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Leiloeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data de início da sessão pública, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, exclusivamente por meio eletrônico, no local específico, conforme instruções via Licitanet ou via e-mail: cplpsegov@gmail.com.

13.3 O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4 As respostas serão disponibilizadas no Sistema Eletrônico de Licitação até o dia anterior à data da abertura do certame e poderão ser visualizadas pelos interessados.

13.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.6 Acolhidas as razões da impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

13.7 Não serão conhecidas impugnações enviadas fora do prazo.

14. DOS RECURSOS

14.1 Caberá recurso das decisões e atos praticados no âmbito do Leilão, que serão decididos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.2 Declarado o vencedor, qualquer licitante participante do certame, poderá, no prazo de 10 (dez) minutos, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões de recurso.



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SUBSECRETARIA DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

14.3 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.4 A ausência de manifestação imediata e motivada dos licitantes importará a extinção do direito de recurso.

14.5 Interposto o Recurso, o Leiloeiro poderá reconsiderar sua decisão ou providenciar o encaminhamento à Autoridade Superior para apreciação.

14.6 O recurso terá efeito suspensivo e seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.7 O resultado do recurso será publicado no Diário Oficial do Município.

15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

15.1 Uma vez encerrado o Leilão e proclamado o resultado, com a identificação do Arrematante, do lance vencedor e do respectivo lote, o processo administrativo será encaminhado ao Secretário da Pasta, a quem caberá adjudicar a Cessão dos Direitos Creditórios, além de homologar o certame, seguindo-se à publicação dos atos no Diário Oficial do Município.

15.2 Após a homologação do Leilão, o Arrematante será convocado para firmar o Contrato, sem prejuízo da introdução dos ajustes na minuta, que se façam porventura necessários.

15.3 Para assinatura do Contrato, o Arrematante deverá apresentar os seguintes documentos:

I. certidão de autorização de funcionamento como instituição financeira, emitida pelo Banco Central do Brasil ou Certidão de Registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) se Fundo de Investimentos isolado ou se estiver como membro do consórcio.

II. comprovação de regularidade fiscal perante as Fazendas federal, estadual e municipal da sede do licitante;

III. comprovação de regularidade perante o FGTS e a Seguridade Social;

IV. comprovação da inexistência de débitos inscritos na dívida ativa municipal;

V. a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso público ou particular de constituição de consórcio apresentado, subscrito pelos consorciados, caso consórcio.

VI. outros documentos porventura exigidos pela legislação aplicável.

16. DO MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

16.1. Conforme Termo de Referência.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 O **Município de Macapá/AP**, na forma da Lei Federal nº 14.133/21, reserva-se o direito de revogar o Leilão, total ou parcialmente, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente justificado, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, total ou parcialmente e em qualquer fase, mediante



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SUBSECRETARIA DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

parecer escrito devidamente fundamentado, com a devolução de todas as garantias apresentadas pelos licitantes, sem que caiba aos Arrematantes qualquer indenização, ressarcimento ou reclamação.

17.2 A ocorrência de qualquer fato posterior à data do Leilão, que venha a caracterizar o impedimento total ou parcial do Arrematante para cumprimento das disposições deste Edital, não caracterizará motivo justificado para exoneração de suas responsabilidades perante o Município, situação que deverá ser analisada pela Administração.

17.3 Os Arrematantes são responsáveis pela veracidade, exatidão e suficiência das informações e documentos apresentados.

17.4 Os licitantes não poderão alegar desconhecimento das condições deste Edital e de seus Anexos, nem tampouco sobre as características dos Direitos Creditórios leiloados, ficando afastada a possibilidade de pleitear a anulação do Leilão ou do Contrato, o abatimento do preço ou a imputação de responsabilidades ao Município.

17.5 As disposições e os prazos deste Edital poderão ser alteradas ou prorrogados pelo Município, por motivo de interesse público, antes de aberta a sessão pública para recebimento de lances do Leilão, independentemente de provocação de terceiros, nos termos do art. 55, §1º, da Lei 14.133/2021.

17.6 Os casos omissos e as dúvidas que surgirem durante o transcurso do Leilão serão definidos e esclarecidos preliminarmente pela Comissão de Licitações do **Município de Macapá/AP.**

17.7 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Leiloeiro.

17.8 Fica eleito o foro da Comarca de Macapá/AP para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste Edital.

17.9 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

17.10 ANEXO I – Termo de Referência;

17.11 ANEXO II - Modelo de declaração em atendimento ao inciso xxxiii do art. 7º da constituição federal;

17.12 ANEXO III - Modelo Declaração de Ciência;

17.13 ANEXO IV - Minuta do Contrato

Macapá/AP, 18 de fevereiro de 2026.

André Luís de Lima Moraes
Leiloeiro – Secretaria Municipal de Governo
Portaria nº 001/2025 – SEGOV/PMM



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SUBSECRETARIA DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. ÓRGÃO DEMANDANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS – SEMFI

2. IDENTIFICAÇÃO

2.1. O presente Termo de Referência foi elaborado em atendimento a Lei nº 14.133/21 contendo todas as informações necessárias para a definição precisa do objeto, na forma da Constituição Federal, art. 37; Lei nº 4.320/1964, art. 39-A; Lei Complementar nº 208/2024; Código Tributário Nacional – CTN; Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente arts. 6º, XL, 31 e 91; Lei Geral de Proteção de Dados – Lei nº 13.709/2018; Lei Municipal nº 2.866/2024 e demais normas aplicáveis.

3. DO OBJETO E OBJETIVO

3.1. Do Objeto

Realização de Leilão para cessão onerosa e definitiva de direito autônomo ao recebimento dos direitos creditórios tributários de titularidade do Município de Macapá/AP, inclusive os inscritos em dívida ativa, a entes privados, instituições financeiras ou a fundos de investimento regulamentados pela CVM, nos termos da Lei Complementar nº 208/2024 e da Lei Municipal nº 2.866/2024.

A implementação da cessão onerosa de direitos creditórios originados da dívida ativa municipal justifica-se, primordialmente, pela necessidade estratégica de atuar sobre os ativos de baixíssima liquidez e incerta recuperação. Ao optar pela securitização, a entrada desses recursos permite que o Município execute investimentos estruturantes em infraestrutura, previdência municipal, saúde e educação sem a necessidade de contrair novos compromissos financeiros, na forma da Lei Complementar nº 208/2024.

Ademais, essa operação transfere ao mercado financeiro todo o risco de inadimplência e desonera a máquina pública. Portanto, a cessão não constitui apenas uma medida de reforço de caixa, mas um instrumento de eficiência administrativa e responsabilidade fiscal, que preserva o valor do patrimônio público contra a erosão inflacionária e viabiliza a entrega imediata de benefícios à população.

4. DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1. Trata-se de Cessão Onerosa a qual possui caráter pro soluto, na forma da Lei Complementar nº 208/2024, seguindo os seguintes parâmetros:

- I. preservar a natureza do crédito de que se tenha originado o direito cedido, mantendo as garantias e os privilégios desse crédito;
- II. manter inalterados os critérios de atualização ou correção de valores e os montantes representados pelo principal, os juros e as multas, assim como as condições de pagamento e as datas de vencimento, os prazos e os demais termos avençados originalmente entre a Fazenda Pública ou o órgão da administração pública e o devedor ou contribuinte;



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SUBSECRETARIA DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

III.assegurar à Fazenda Pública ou ao órgão da administração pública a prerrogativa de cobrança judicial e extrajudicial dos créditos de que se tenham originado os direitos cedidos;

IV.realizar-se mediante operação definitiva, isentando o cedente de responsabilidade, compromisso ou dívida de que decorra obrigação de pagamento perante o cessionário, de modo que a obrigação de pagamento dos direitos creditórios cedidos permaneça, a todo tempo, com o devedor ou contribuinte;

V. abranger apenas o direito autônomo ao recebimento do crédito, assim como recair somente sobre o produto de créditos já constituídos e reconhecidos pelo devedor ou contribuinte, inclusive mediante a formalização de parcelamento;

VI.ser autorizada, na forma de lei específica do ente, pelo chefe do Poder Executivo ou por autoridade administrativa a quem se faça a delegação dessa competência;

VII.realizar-se até 90 (noventa) dias antes da data de encerramento do mandato do chefe do Poder Executivo, ressalvado o caso em que o integral pagamento pela cessão dos direitos creditórios ocorra após essa data.

5. DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

5.1. Do Interesse Público

A premente necessidade e interesse público, bem como, as demais justificativas e quantitativos estão contidos no Estudo Técnico Preliminar, pautado em EVEF – Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira que avaliou os ativos que incorporam a presente cessão, bem como, em plataforma específica desenvolvida no âmbito de Acordo de Parceria firmado pelo Município de Macapá em conjunto com ICT Privada.

A Lei Complementar nº 208/2024 representa um avanço disruptivo para a gestão fiscal dos municípios brasileiros ao firmar bases jurídicas necessárias para que os municípios realizem a cessão onerosa de seus direitos creditórios, tanto tributários quanto não tributários, a entes privados e fundos de investimento regulamentados pela CVM, vejamos:

Altera a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, para dispor sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação, e a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para prever o protesto extrajudicial como causa de interrupção da prescrição e para autorizar a administração tributária a requisitar informações a entidades e órgãos públicos ou privados.

Art. 1º A Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 39-A:

Art. 39-A. A União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município poderá ceder onerosamente, nos termos desta Lei e de lei específica que o autorize, direitos originados de créditos tributários e não tributários, inclusive quando inscritos em



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SUBSECRETARIA DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

dívida ativa, a pessoas jurídicas de direito privado ou a fundos de investimento regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Essa legislação é vital porque permite enfrentar diretamente o estoque alarmante da dívida ativa pública. Ao permitir a transferência desses créditos, inclusive os já inscritos em dívida ativa, a lei possibilita que a Administração Pública converta ativos de baixa liquidez em recursos financeiros imediatos, retomando a capacidade de investimento em políticas públicas.

Nesse sentido, **o Município de Macapá/AP** ao avançar na questão, sentiu a necessidade do desenvolvimento de software integrado às necessidades do Ente Público para não apenas higienizar sua base tributária, mas o universo de dívida municipal, usando tecnologia para enriquecer, classificar os contribuintes por diferentes aspectos face a premente necessidade e oportunidade da realização da cessão de direitos, garantindo que a gestão da dívida seja contínua, eficiente e pautada em resultados concretos, **e não apenas na transferência do direito de recebimento, visto que, tal modelagem é inversamente proporcional ao mercado, especialmente diante da ineficiência arrecadatória.**

Após Estudo realizado pelo Município em parceria com ICT Privada foi possível concluir que a Dívida de Macapá em 31/12/2025, com fato gerador em 31/07/2025, tem o seguinte recorte:

Com DA	2020 em 2025	2021 em 2025	2022 em 2025	2023 em 2025	2024 em 2025	2025 em 2025	TOTAL em 2025
Total Geral	R\$ 75.618.067,13	R\$ 204.764.660,56	R\$ 155.608.258,81	R\$ 196.827.475,88	R\$ 249.365.201,18	R\$ 316.202.339,21	R\$ 1.198.386.002,76
Com DA	R\$ 62.143.870,21	R\$ 176.534.236,80	R\$ 135.045.823,03	R\$ 172.490.447,85	R\$ 211.628.963,29	R\$ 142.058.757,38	R\$ 899.902.098,57
IPTU	R\$ 34.336.626,14	R\$ 83.134.349,91	R\$ 70.620.702,15	R\$ 84.721.990,23	R\$ 92.072.284,04	R\$ 87.281.308,59	R\$ 452.167.261,05
ITBI	R\$ 103.441,29	R\$ 5.594,65	R\$ 214.422,94	R\$ 348.141,83	R\$ 390.374,40	R\$ -	R\$ 1.061.975,12
ISS	R\$ 10.437.722,55	R\$ 30.996.671,27	R\$ 25.747.966,20	R\$ 47.501.765,31	R\$ 44.433.647,28	R\$ 54.952.598,13	R\$ 214.070.370,73
TAXAS	R\$ 17.266.080,23	R\$ 62.397.620,97	R\$ 38.462.731,73	R\$ 39.918.550,49	R\$ 74.732.657,58	R\$ 175.149,34	R\$ 232.602.491,66
SEM DA DA	R\$ 2.939.724,61	R\$ 1.136.246,73	R\$ 939.084,51	R\$ 427.683,51	R\$ 8.844.409,71	R\$ 138.660.796,76	R\$ 152.947.945,83
IPTU	R\$ 2.489.227,71	R\$ 929.107,16	R\$ 874.409,94	R\$ 158.158,26	R\$ 192.706,19	R\$ 58.047.906,00	R\$ 62.691.515,26
ITBI	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.313,78	R\$ 56.576,58	R\$ 305.408,22	R\$ 255.469,33	R\$ 618.767,90
ISS	R\$ 193.033,78	R\$ 151.729,46	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 344.763,24
TAXAS	R\$ 257.463,12	R\$ 55.410,11	R\$ 63.360,79	R\$ 212.948,67	R\$ 8.346.295,30	R\$ 80.357.421,43	R\$ 89.292.899,42
Total Geral	R\$ 65.083.594,82	R\$ 177.670.483,54	R\$ 135.984.907,54	R\$ 172.918.131,36	R\$ 220.473.373,00	R\$ 280.719.554,14	R\$ 1.052.850.044,40

A cessão de direitos creditórios da dívida ativa **não configura contratação de serviço**, nem obra ou fornecimento, mas sim **alienação onerosa de um ativo patrimonial do Município**, ainda que de natureza incorpórea.

O **leilão** é a modalidade vocacionada à **alienação de bens e direitos**, sendo caracterizado pelo **critério de julgamento do maior lance ou oferta**, o que se harmoniza integralmente com a cessão de créditos.

Portanto, **o Município de Macapá/AP** propõe a realização de Leilão para securitização da dívida ativa municipal, **operação inédita no Brasil sob essa modelagem específica**, especialmente no que se refere à cessão onerosa de direitos creditórios tributários municipais estruturada por meio de procedimento competitivo de alienação.

A iniciativa insere-se em um cenário nacional de reconhecida ineficiência estrutural da cobrança judicial da dívida ativa, amplamente diagnosticada pelos órgãos de controle e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), bem como na



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SUBSECRETARIA DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

necessidade de adoção de instrumentos inovadores de gestão fiscal, compatíveis com os princípios da eficiência, economicidade e responsabilidade fiscal.

Por se tratar de projeto pioneiro, inexistente no país benchmark financeiro e de mercado específico que permita balizar, de forma direta, a precificação e a estruturação da operação. As experiências pretéritas relacionadas à monetização de créditos públicos concentram-se, majoritariamente, em operações lastreadas em debêntures ou estruturas financeiras complexas, muitas das quais foram objeto de questionamentos relevantes pelos Órgãos de Controle Externo, notadamente em razão de riscos fiscais, opacidade na precificação e fragilidades na governança.

Nesse contexto, optou-se por um modelo jurídico mais simples, transparente e controlável, baseado na cessão onerosa de direitos creditórios, submetida a leilão público, com critério de julgamento pelo maior lance, afastando estruturas financeiras sofisticadas e de difícil escrutínio.

5.2. Das Quantidades

Pela natureza da contratação, não se trata de contratação de serviços mas sim de alienação do estoque municipal selecionado pela **Prefeitura de Macapá/AP**.

A **Prefeitura Municipal de Macapá/AP** possui estoque de dívida ativa de aproximadamente 200 mil títulos, cuja descrição financeira consta do item 1.21 do Estudo Técnico Preliminar e do Item 5.1. deste Termo de Referência.

Para a análise técnica e precificação dos ativos, considerando o imenso volume de dados, arquivos, gráficos, informações e outros, o **Município de Macapá/AP** desenvolveu a Plataforma Phoros - <https://phoros.brtec.org.br/login>, ecossistema digital de alta performance e integrado dedicado à classificação dos Direitos Creditórios indicados neste Leilão.

Através deste ambiente virtual, os licitantes terão acesso ao conjunto de dados pormenorizados de cada lote, incluindo os dados financeiros, fluxos de atualização, score e outros, respeitadas as normativas previstas na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).

O ingresso na plataforma dar-se-á mediante cadastro prévio do usuário e autenticação digital, garantindo a rastreabilidade e o sigilo das informações. Uma vez habilitado, o licitante poderá realizar a análise dos arquivos disponibilizados.

Em virtude do amplo acesso aos dados e da natureza da cessão, fica terminantemente afastada qualquer pretensão de reclamação posterior perante o Município de Macapá sob alegação de desconhecimento das características dos créditos cedidos.

6. DO LOCAL/PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO

6.1. Do Local e Forma de Entrega

Trata-se de Leilão Público, mediante cessão onerosa a pessoas jurídicas de direito privado, não havendo contratação de serviços, mas sim, alienação de bem público.

6.2. Do Prazo



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SUBSECRETARIA DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

A cessão a ser realizada será definitiva, na forma da Lei Complementar nº 208/2024.

6.3. Recebimento Provisório

Não há recebimento provisório na presente alienação.

6.4. Recebimento Definitivo:

Não há recebimento definitivo na presente alienação.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. A presente contratação **não demanda indicação de dotação orçamentária**, uma vez que **não gera despesa pública**, não implicando empenho, liquidação ou pagamento por parte do Município.

A operação consiste em **alienação onerosa de ativo público**, mediante cessão definitiva de direitos creditórios, resultando em **ingresso de receita** aos cofres municipais, sem assunção de obrigações financeiras, encargos futuros ou compromissos de pagamento.

Assim, nos termos da legislação financeira e orçamentária aplicável, **não se aplica a exigência de prévia dotação orçamentária**, por inexistir impacto no orçamento da despesa.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento do valor ofertado no leilão deverá ser realizado na modalidade híbrida, em até 05 (cinco) dias úteis a partir da assinatura do contrato.

8.2. O pagamento do valor homologado do lote será feito na proporção 50% (cinquenta por cento) a vista e 50% (cinquenta por cento) restantes a serem pagos em parcelas mensais, iguais e sucessivas, em **24 (vinte e quatro) meses**.

9. DA PARTICIPAÇÃO

9.1. Conforme art. 31 da Lei de Licitações – Lei Federal 14.133/21, temos que:

Art. 31. O leilão poderá ser cometido a leiloeiro oficial ou a servidor designado pela autoridade competente da Administração, e regulamento deverá dispor sobre seus procedimentos operacionais.

§ 4º O leilão não exigirá registro cadastral prévio, não terá fase de habilitação e deverá ser homologado assim que concluída a fase de lances, superada a fase recursal e efetivado o pagamento pelo licitante vencedor, na forma definida no edital.

Neste sentido, ainda temos o art. 91, §4º da referida lei, vejamos:

Art. 91. Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

*§ 4º Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a **Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de***



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SUBSECRETARIA DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

Por todo o exposto e com base na legalidade acima o Leilão Eletrônico deverá observar obrigatoriamente todos os parâmetros acima.

Portanto, para participação no presente Leilão, o licitante interessando deverá apresentar, para comprovação de sua natureza:

- a) Ato Constitutivo, Contrato Social ou Estatuto, conforme caso.
- b) Procuração ou Instrumento Equivalente;
- c) Prova de inscrição regular no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- d) Certidão de autorização de funcionamento como instituição financeira, emitida pelo Banco Central do Brasil, se instituição financeira;
- e) Certidão de Registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), se Fundo de Investimentos;

Em razão da natureza do procedimento, realizado na modalidade **leilão**, nos termos do art. 31, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, c/c com o art. 91, § 4º **será exigida exclusivamente do licitante vencedor** para assinatura do contrato administração, como condição prévia à sua formalização, a saber:

Prova de regularidade perante a Fazenda Federal e Municipal do domicílio sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;

- a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- b) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- c) Declaração firmada pelo proponente, expressando não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de dezesesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da constituição federal de 1988 e de acordo com o inciso VI do art. 68 da lei federal nº 14.133/2021.

Como medida de proteção ao interesse público, **o pregoeiro ou a comissão responsável pelo leilão poderá, exclusivamente em relação ao licitante vencedor**, requerer a apresentação de **documentação complementar** destinada a comprovar:

- a) a **exequibilidade econômica e financeira da proposta vencedora**, considerando o volume, o risco e a natureza dos direitos creditórios objeto da cessão;
- b) a **capacidade econômico-financeira do licitante vencedor para suportar integralmente a operação**, inclusive quanto ao pagamento do valor ofertado, à assunção dos riscos da cessão.



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SUBSECRETARIA DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

A documentação complementar poderá incluir, sem prejuízo de outros elementos pertinentes:

- a) demonstrações contábeis recentes;
- b) comprovação de patrimônio líquido compatível com a operação;
- c) relatórios de auditoria independente, quando existentes;
- d) declarações ou documentos que evidenciem a origem dos recursos a serem utilizados;
- e) outros documentos que a Administração considere necessários à adequada avaliação da capacidade financeira do licitante vencedor.

A não apresentação, a apresentação insuficiente ou a constatação de incompatibilidade entre a proposta ofertada e a capacidade econômico-financeira do licitante vencedor **autorizará a Administração a desclassificar a proposta**, convocar o licitante subsequente, bem como adotar as demais medidas administrativas e legais cabíveis, sem que disso resulte qualquer direito a indenização.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CEDENTE

Constituem obrigações do **Município de Macapá/AP**:

- a) promover a cessão onerosa e definitiva dos direitos creditórios, nos exatos termos definidos no edital, neste Termo de Referência e no contrato;
- b) disponibilizar ao cessionário as informações, bases de dados e documentos necessários à identificação e à individualização dos créditos cedidos, observadas as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018);
- c) manter inalterados os critérios de atualização ou correção de valores e os montantes representados pelo principal, os juros e as multas, assim como as condições de pagamento e as datas de vencimento, os prazos e os demais termos avençados originalmente entre a Fazenda Pública ou o órgão da administração pública e o devedor ou contribuinte;
- d) praticar os atos administrativos necessários à formalização da cessão dos direitos creditórios;
- e) manter a prerrogativa de cobrança judicial e extrajudicial dos créditos;
- f) abster-se de assumir qualquer responsabilidade, coobrigação, garantia ou compromisso financeiro relativo ao efetivo pagamento dos créditos cedidos, nos termos da Lei Complementar nº 208/2024.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO CESSIONÁRIO

Constituem obrigações do Cessionário:

- a) efetuar o pagamento integral do valor ofertado no leilão, na forma, prazo e condições estabelecidos no edital;
- b) assumir integralmente os riscos inerentes à operação, reconhecendo o caráter definitivo e pro soluto da cessão;
- c) respeitar integralmente as condições originais, especialmente quanto a valores, prazos, encargos, atualização monetária, juros e multas;
- d) observar rigorosamente a legislação aplicável, em especial a Lei Complementar nº 208/2024, a Lei nº 14.133/2021, o Código Tributário Nacional, Código Tributário Municipal e a Lei Geral de Proteção de Dados;



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SUBSECRETARIA DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

e) utilizar as informações e dados disponibilizados exclusivamente para fins relacionados à cessão dos direitos creditórios, vedada qualquer utilização diversa;

f) manter, durante toda a formalização da contratação, as condições de regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista exigidas pela legislação;

12. DAS SANÇÕES

12.1. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 155 da Lei nº 14.133/21, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Cessionária multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida;

12.2. Se o licitante vencedor se recusar a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Cessionária multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;

12.3. A empresa, que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores Estadual, pelo prazo de até 03 (três) anos, sem prejuízo das multas previstas no Termo de Referência e das demais cominações legais, devendo ser incluída a penalidade no SICAFI e no CAGEFIMP - Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual;

12.4. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou Cessionária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração;

12.5. De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a empresa se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente;

12.6. A sanção denominada “Advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Cessionária, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo;

12.7. São exemplos de infração administrativa penalizáveis, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021:



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SUBSECRETARIA DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - III. dar causa à inexecução total do contrato;
 - IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a contratação ou a execução do contrato;
 - IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - XI. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 12.8.** As sanções serão aplicadas NO QUE COUBER, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Cessionária, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros;
- 12.9.** Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA *
1	Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso; por ocorrência.	05	0,32% por dia
2	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	04	0,16% por dia

- 12.10.** As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;
- 12.11.** Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual;
- 12.12.** As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CESSIONÁRIA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei;
- 12.13.** As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de casos fortuitos ou



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SUBSECRETARIA DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

força maior, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido;

12.14. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

12.15. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais;

12.16. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente:

12.17. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

12.18. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.19. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DA PROPOSTA

13.1. A contratação será por meio da realização de procedimento de Leilão Eletrônico, com critério Maior Lance.

14. ESTIMATIVA DO VALOR

Diante do levantamento de mercado e do contexto apresentado, o Município desenvolveu ferramenta tecnológica própria destinada à higienização, qualificação e classificação dos créditos da dívida ativa, com o objetivo de:

I. aumentar a confiabilidade do ativo ofertado;

II. reduzir a discrepância das informações;

III. mitigar os fatores estruturais que historicamente inviabilizam a cobrança.

Portanto, para promoção da presente cessão onerosa e definitiva o Município de Macapá/AP, através de plataforma integrada e pautada em EVEF – Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira, de forma integrada realizou o a) saneamento cadastral dos títulos; b) fez o enriquecimento das bases de dados dos contribuintes; c) realizou o cálculo automatizado e padronizado dos valores face a legislação; e d) classificou os créditos.

A conjugação dessas medidas técnicas — higienização dos títulos, enriquecimento cadastral, classificação dos contribuintes e mitigação dos três pilares de insucesso apontados pelo CNJ — produz efeito direto na redução do percentual de deságio esperado na cessão dos créditos, ao oferecer ao mercado um ativo: a) mais transparente; b) tecnicamente qualificado; c) com risco mensurado; d) e com informações padronizadas.

Neste sentido, a operação será estruturada em Lotes, classificados e agrupados conforme critérios de performance, natureza do crédito e score.



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SUBSECRETARIA DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

Os direitos creditórios objeto do leilão permanecerão sujeitos à atualização contínua na plataforma eletrônica disponibilizada pelo Município, até a data da efetiva cessão e liquidação financeira da operação.

Neste sentido, a operação será estruturada em Lotes, classificados e agrupados conforme critérios de performance, natureza do crédito e score.

Lote	Identificação do Lote (Phoros)	Valor Original do Lote	Deságio Máximo Aplicado	Valor Mínimo Inicial (R\$)	Intervalo Mínimo Lances %
01	Premium	R\$ 192.449.089,14	30%	R\$ 134.714.362,40	0,25%
02	Oportunity	R\$ 313.162.306,20	40%	R\$ 187.897.383,72	0,25%
03	Selection	R\$ 514.711.225,62	60%	R\$ 205.884.490,25	0,25%

15. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

15.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e Lei Complementar 208/2024, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.2. No ato da assinatura do contrato a Cessionária deverá indicar preposto para representá-la, contendo os seus dados.

15.3. Na ocorrência de atraso, inadimplemento ou descumprimento de qualquer pagamento pelo Cessionário, aplicar-se-ão automaticamente as medidas de proteção à Administração Pública, conforme cláusula contratual específica, sem prejuízo da incidência de penalidades administrativas, legais e contratuais.

15.4. O inadimplemento total ou parcial, bem como o atraso superior ao prazo estabelecido em contrato, acarretará a resolução automática da cessão, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial;

15.5. Os direitos creditórios cedidos retornarão automaticamente ao patrimônio jurídico do Município, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, sem que disso resulte direito a indenização, compensação ou retenção em favor do cessionário;

15.6. O Município poderá promover a imediata aplicação das sanções administrativas cabíveis, bem como executar garantias eventualmente prestadas, sem prejuízo de apuração de perdas e danos;

15.7. O inadimplemento caracterizará motivo suficiente para rescisão contratual por culpa exclusiva do cessionário, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

15.8. A operação definitiva, isentando o Município de responsabilidade, compromisso ou dívida de que decorra obrigação de pagamento perante o cessionário, de modo que a obrigação de pagamento dos direitos creditórios cedidos permaneça, a todo



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SUBSECRETARIA DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

tempo, com o devedor ou contribuinte, não sendo comportado, rescisão do contrato com a devolução de valores sob nenhuma hipótese.

16. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

16.1. O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura e produz efeitos de forma definitiva, não se sujeitando a termo final de vigência típico de contratos de prestação de serviços ou fornecimentos.

16.2. A cessão dos direitos creditórios objeto deste contrato é realizada em caráter irrevogável e irretratável, na modalidade pro soluto, operando-se de forma definitiva, com a transferência integral do direito autônomo ao recebimento ao Cessionário, sem coobrigação, garantia, responsabilidade subsidiária ou solidariedade do Cedente, nos termos da Lei Complementar nº 208/2024.

16.3. Efetivada a cessão, o Cedente não responderá, em nenhuma hipótese, pela inadimplência, solvência ou capacidade econômico-financeira dos devedores, tampouco por eventuais frustrações na recuperação dos créditos cedidos.

17. DA GARANTIA DO CONTRATO

17.1. Haverá exigência da garantia da contratação na forma da Lei Federal 14.133/21 e do Edital.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. O pagamento do valor homologado no Leilão será feito em conta a ser indicada oportunamente pela Prefeitura Municipal de Macapá/AP.

18.2. Na presente operação, os contribuintes permanecerão efetuando o pagamento de seus tributos normalmente ao Município, sem qualquer alteração nos canais, formas ou condições de arrecadação.

18.3. Os valores efetivamente pagos pelos contribuintes, referentes aos créditos objeto da cessão, serão repassados pelo Município ao licitante vencedor devidamente homologado, mediante repasse financeiro em D+1, todo dia 15, observadas as disposições contratuais e operacionais aplicáveis.

18.4. O repasse destes valores serão feitos em conta indicada pela licitante vencedora, no prazo indicado acima, sem possibilidade antecipação, desconto, taxas, variações e/ou alterações que caracterizem responsabilidade, compromisso ou dívida de que decorra obrigação de pagamento perante o cessionário, de modo que a obrigação de pagamento dos direitos creditórios cedidos permaneça, a todo tempo, com o devedor ou contribuinte.

19. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

19.1. A Secretaria Municipal de Finanças, conforme os termos do art. 117, da Lei nº. 14.133/2021, designará um ou mais representantes para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a sua competência deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SUBSECRETARIA DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

19.2. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

19.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Cessionária devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

19.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da cessionária para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

19.5. Conforme o caso, após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa Cessionária para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Cessionária, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

19.6. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

19.7. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

19.8. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

19.9. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

19.10. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Cessionária, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

19.11. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

19.12. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SUBSECRETARIA DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

19.13. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Cessionária, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

19.14. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, e a eventuais penalidades aplicadas.

19.15. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, se e conforme o caso.

19.16. O contratado deverá indicar preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

19.17. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

19.17.1. Fiscal Administrativo: servidor(a) com conhecimento na área administrativa, a quem compete fiscalizar o contrato advindo deste Termo de Referência estritamente quanto aos aspectos administrativos da execução, limitados ao controle e acompanhamento da parte referente à documentação formal do contrato, compreendendo a verificação da legislação fiscal, tributária, trabalhista, comercial e contábil.

20. DAS CONDIÇÕES GERAIS

20.1. A cessão se dará em caráter pro soluto, na forma da Lei Complementar 208/2024, e seguirá entre outros, os parâmetros abaixo:

- I. preservará a natureza do crédito de que se tenha originado o direito cedido, mantendo as garantias e os privilégios desse crédito;
- II. manterá inalterados os critérios de atualização ou correção de valores e os montantes representados pelo principal, os juros e as multas, assim como as condições de pagamento e as datas de vencimento, os prazos e os demais termos avençados originalmente entre a Fazenda Pública ou o órgão da administração pública e o devedor ou contribuinte;
- III. assegurará à Fazenda Pública ou ao órgão da administração pública a prerrogativa de cobrança judicial e extrajudicial dos créditos de que se tenham originado os direitos cedidos;
- IV. realizar-se-á mediante operação definitiva, isentando o cedente de responsabilidade, compromisso ou dívida de que decorra obrigação de pagamento perante o cessionário, de modo que a obrigação de pagamento



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SUBSECRETARIA DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

dos direitos creditórios cedidos permaneça, a todo tempo, com o devedor ou contribuinte;

- V. abrangerá apenas o direito autônomo ao recebimento do crédito, assim como recair somente sobre o produto de créditos já constituídos e reconhecidos pelo devedor ou contribuinte, inclusive mediante a formalização de parcelamento;
- VI. será autorizada, na forma de lei específica do ente, pelo chefe do Poder Executivo ou por autoridade administrativa a quem se faça a delegação dessa competência;
- VII. realizar-se-á até 90 (noventa) dias antes da data de encerramento do mandato do chefe do Poder Executivo, ressalvado o caso em que o integral pagamento pela cessão dos direitos creditórios ocorra após essa data.

21. DA SUBCONTRATAÇÃO

21.1. O contratado não poderá subcontratar, subempreitar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto da licitação, desde previamente informado e aceito pela Administração, na forma da Lei 14.133/21.

22. DA APLICAÇÃO DE LICITAÇÃO EXCLUSIVA OU COM COTA RESERVADA

22.1. Para a contratação apresentada, NÃO serão aplicadas as determinações contidas na Lei Complementar n.º 123/2006 quanto à obrigação de realização de licitação exclusiva (art. 48, I) e de aplicação de reserva de cotas (art. 48, III) para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais, com fulcro no artigo 49 da legislação citada, considerando a especificidade do objeto, bem como por inaplicabilidade face a Lei Complementar 208/2024.

23. DA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO

23.1. Para a realização do objeto será permitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em forma de consórcio, de modo a se alcançar o maior valor.

24. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

24.1. É de total responsabilidade da futura Cessionária, o cumprimento das normas ambientais vigentes para a aquisição do objeto deste instrumento, no que diz respeito à poluição ambiental e à destinação de resíduos, devendo a mesma:

24.2. Tomar as devidas precauções para que não decorra qualquer degradação ao meio ambiente;

24.3. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto deste instrumento;

24.4. Atender às diretrizes e aos objetivos dispostos da Lei nº 14.133/21, especialmente no uso racional dos recursos naturais disponíveis e a redução de desperdícios.



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SUBSECRETARIA DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

24.5. O fornecedor deverá cumprir pelo menos uma das dimensões (ambiental, social, cultural, econômica) do Desenvolvimento Sustentável Nacional, em cumprimento ao disposto no art. 5º da NLLCA.

25. DO FORO

25.1. As questões suscitadas que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Macapá/AP com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, I, 'd', da Constituição Federal.

26. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

26.1. A Cessionária deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do Contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira, devendo permitir que a entidade competente inspecione suas contas, registros e quaisquer outros documentos relativos ao contrato. Para isso, a Cessionária deverá:

26.2. Manter todos os documentos e registros referentes ao Contrato por um período de três (3) anos após a conclusão dos fornecimentos contemplados no respectivo contrato;

26.3. Entregar todo documento necessário para a investigação de alegações de fraude ou corrupção e colocar os funcionários ou agentes que tenham conhecimento do Contrato à disposição para responder a indagações provenientes do pessoal ou de qualquer investigador, agente, auditor ou consultor apropriadamente designado para a revisão ou auditoria dos documentos. Caso a Cessionária não cumpra a exigência ou de qualquer maneira crie obstáculos para a revisão do assunto por parte do Órgão Competente, a contratante, inteiramente a sua discrição, poderá tomar medidas apropriadas contra ela.

26.4. Se, de acordo com o procedimento administrativo, ficar comprovado que um funcionário da Cessionária, ou quem atue em seu lugar, incorreu em práticas corruptas, a Administração poderá declarar a Cessionária e/ou seus funcionários diretamente envolvidos em práticas corruptas inelegíveis, temporária ou permanentemente, para participar de futuras licitações ou contratos.

27. DOS CASOS OMISSOS

27.1. Fica estabelecido, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste Termo de Referência e seus anexos, os chamados casos omissos, serão resolvidos e decididos aplicando as regras contratuais, a Lei Complementar 208/2024, a Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações, e, paralelamente, quando for o caso, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos estabelecidos na legislação civil brasileira e as disposições de direito privado.

28. DA PROTEÇÃO DAS INFORMAÇÕES

28.1. O Contratante e Cessionária devem estar cientes dos direitos, obrigações e penalidades aplicáveis constantes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - Lei 13.709/2018, e obrigam-se a adotar todas as medidas razoáveis para garantir, por



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SUBSECRETARIA DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

si, bem como seu pessoal, colaboradores, empregados que utilizem os Dados Protegidos na extensão autorizada na referida LGPD.

28.2. Todas as informações, aplicativos, documentos que forem manuseados e utilizados são de propriedade do CONTRATANTE, não podendo ser repassados, copiados, alterados ou absorvidos na relação de bens da CESSIONÁRIA, bem como de seus executores, sem expressa autorização do CONTRATANTE.

28.3. Será considerada ilícita a divulgação, o repasse ou utilização indevida de informações, bem como dos documentos e informações as informações a que tiver acesso.

28.4. A CESSIONÁRIA obrigar-se-á a dar ciência ao CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, sobre qualquer anormalidade ou violação das informações a que tiver acesso.

29. DOS ANEXOS

29.1. Anexo I - Declaração em Atendimento Ao Inciso XXXII - Do Art. 7º Da Constituição Federal.

29.2. Anexo II – Declaração de Ciência

29.3. Anexo II - Minuta De Contrato.

Macapá-AP, 09 de fevereiro de 2026.

Nilcilene dos Santos Quadros

Diretora Administrativa e Financeira da SEMPLA/PMM
Decreto 741/2025

Aprovo o fundamento neste termo de referência e demandado pela Departamento Administrativo e Financeiro- DAF/SEMPLA/PMM.

Leila Pacheco Marques Gomes

Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia da Informação
Decreto nº 154/2025 – PMM



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SUBSECRETARIA DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

ANEXO II

**MODELO DE DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO
ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

A _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Senhor(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF _____, DECLARA, para os devidos fins, em atendimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Cidade de Origem, ____ de ____ de 2026.

(Assinatura do Representante Legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SUBSECRETARIA DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

ANEXO III
MODELO DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA

A _____, inscrita no CNPJ nº _____, sediada no _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr. (a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, firmado abaixo, declara sob as penas da lei que está ciente e concorda com as condições contidas no Termo de Referência e seus anexos, que tomou conhecimento de todas as informações dos créditos oriundos da presente cessão, afastando qualquer pretensão de reclamação posterior perante o Município de Macapá sob alegação de desconhecimento das características dos créditos cedidos.

Cidade de Origem, _____, de ____ de 2026.

(Assinatura do Representante Legal)



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SUBSECRETARIA DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

ANEXO IV
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE CESSÃO ONEROSA DE DIREITOS CREDITÓRIOS Nº que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MACAPÁ por meio da SECRETARIA DE e

As partes abaixo nomeadas e qualificadas:

MUNICÍPIO DE MACAPÁ/AP, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº, com sede na Rua, nº, Bairro do, CEP, neste ato representado por seu Secretário de, o Sra., brasileira, inscrita no CPF, matrícula nº, doravante denominado Município Cedente;, instituído sob o CNPJ nº, com sede na Cidade de, Estado de, Rua, nº, Bairro, CEP, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, representado legalmente por, portador da cédula de identidade RG n., inscrita no CPF sob n.º, doravante designado Cessionário;

CONSIDERANDO QUE:

O Município Cedente é o único titular, livre e desembaraçado de quaisquer ônus, gravames ou direitos de terceiros, ressalvadas as restrições decorrentes diretamente da natureza jurídica ou da legislação aplicável, dos títulos cedidos;

O Cessionário (licitante único ou consórcio) sagrou-se vencedor no Leilão promovido pelo Município de Macapá/AP, tendo oferecido o maior lance no valor de R\$ (.....) para arrematação dos lotes, e aquisição dos Direitos Creditórios.

A realização do leilão para arrematação lote único (Pacote) ou vários lotes (Segregados) e a Cessão Onerosa dos Direitos Creditórios estão amparados pela legislação vigente, conforme exposto no Edital e no Termo de Referência da licitação.

O leilão transcorreu de forma regular e foi seguido da adjudicação do lote único ao Cessionário e da homologação do certame pela autoridade superior.

O Cessionário apresentou ao Município Cedente a documentação exigida pelo Edital como condição para assinatura do Contrato, que foi considerada satisfatória.

Em cumprimento ao Edital, o Município Cedente providenciou a abertura em seu nome, da conta corrente nº, perante Banco, Agência, para receber a integralidade dos pagamentos realizados pelos Contribuintes (Conta Vinculada). resolvem celebrar o presente Contrato de Cessão Onerosa de Direitos Creditórios (Contrato), com base na minuta objeto do Edital de Leilão – Macapá nº, Processo Licitatório nº, que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo, obrigando as partes por si e eventuais sucessores, a saber:



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SUBSECRETARIA DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. O Município Cedente cede onerosamente ao Cessionário, em caráter definitivo, os Direitos Creditórios mencionados no Preâmbulo, consistentes e que compõe os lotes ns° xxxxx

1.2. Os valores que compõem os Direitos Creditórios totalizam R\$, (.....), cujo montante está referenciado a realização do Leilão.

1.3. Para efeito da Cessão Onerosa, os Direitos Creditórios:

1.3.1. Manterão a natureza do crédito de que se tenha originado o direito cedido, mantendo as garantias e os privilégios desse crédito;

1.3.2. Manterão inalterados os critérios de atualização ou correção de valores e os montantes representados pelo principal, os juros e as multas, assim como as condições de pagamento e as datas de vencimento, os prazos e os demais termos avençados originalmente entre a Fazenda Pública ou o órgão da administração pública e o devedor ou contribuinte;

1.3.3. Assegurarão à Fazenda Pública ou ao órgão da administração pública a prerrogativa de cobrança judicial e extrajudicial dos créditos de que se tenham originado os direitos cedidos;

1.3.4. Realizar-se-ão mediante operação definitiva, isentando o cedente de responsabilidade, compromisso ou dívida de que decorra obrigação de pagamento perante o cessionário, de modo que a obrigação de pagamento dos direitos creditórios cedidos permaneça, a todo tempo, com o devedor ou contribuinte;

1.3.5. Abrangerão apenas o direito autônomo ao recebimento do crédito, assim como recair somente sobre o produto de créditos já constituídos e reconhecidos pelo devedor ou contribuinte, inclusive mediante a formalização de parcelamento;

1.3.6. Serão autorizados na forma de lei específica do ente, pelo chefe do Poder Executivo ou por autoridade administrativa a quem se faça a delegação dessa competência;

1.3.7. Realizar-se-ão até 90 (noventa) dias antes da data de encerramento do mandato do chefe do Poder Executivo, ressalvado o caso em que o integral pagamento pela cessão dos direitos creditórios ocorra após essa data.

1.4. A Cessão Onerosa refere-se tão somente ao direito autônomo ao recebimento do fluxo financeiro gerado pelos Direitos Creditórios, cuja titularidade formal do crédito originário permanecerá com o Município, sem prejuízo do exercício pelo Cessionário dos direitos e prerrogativas compatíveis com sua posição jurídica.

1.5. O Cessionário compromete-se a pagar o Preço Inicial em moeda nacional, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor homologado à vista, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da assinatura deste Contrato, mediante depósito ou transferência bancária para a Conta Corrente nº, Agência, Banco, de titularidade do Município.

1.6. O comprovante de depósito ou transferência bancária valerá como quitação provisória, sujeita à verificação do efetivo crédito na conta corrente do Município.

1.7. O saldo remanescente, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor homologado, será pago pelo Cessionário de forma parcelada em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas.

1.8. As parcelas mensais deverão ser pagas em moeda nacional, vencendo-se a primeira no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do pagamento do valor a vista previsto no item 1.5, e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes,



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SUBSECRETARIA DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

mediante depósito ou transferência bancária para a Conta Corrente nº, Agência, Banco, de titularidade do Município, ou outra que venha a ser formalmente indicada.

1.9. O parcelamento do preço ajustado não depende, não se vincula e não se condiciona, direta ou indiretamente, ao recebimento, arrecadação ou fluxo financeiro decorrente dos direitos creditórios objeto da cessão, não constituindo garantia, antecipação, promessa ou compromisso de pagamento por parte do Município.

1.10. O parcelamento ora estabelecido não caracteriza operação de crédito, financiamento, assunção de dívida, novação ou garantia, tratando-se de mera condição de pagamento do preço da alienação definitiva de direitos creditórios, nos termos da legislação aplicável.

1.11. O inadimplemento ou atraso no pagamento de quaisquer das parcelas sujeitará o Cessionário às consequências previstas neste Contrato, inclusive quanto à resolução da cessão, aplicação de penalidades e demais medidas de proteção à Administração Pública, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sendo convocados os demais licitantes para formalizar o Contrato respectivo com o Município, conforme a ordem de classificação, desde que aceitem equiparar o seu lance ao do primeiro colocado, nos termos do art. 90, § 7º, da Lei 14.133/2021.

1.12. Se o pagamento não for efetuado no prazo e no modo devidos, o Cessionário arcará com multa de 1% (um por cento) do valor do Preço Inicial, acrescida da variação pro rata da taxa SELIC, independentemente de notificação para constituição em mora.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. A Cessão Onerosa possui caráter pro soluto, realizando-se mediante operação definitiva, isentando o cedente de responsabilidade, compromisso ou dívida de que decorra obrigação de pagamento perante o cessionário, de modo que a obrigação de pagamento dos direitos creditórios cedidos permaneça, a todo tempo, com o devedor ou contribuinte.

2.2. A responsabilidade do Município Cedente perante o Cessionário fica limitada à existência e à validade dos Direitos Creditórios na data da assinatura deste Contrato, ressalvadas as atualizações necessárias.

2.3. Caberá exclusivamente ao Município Cedente zelar pelo cumprimento das destinações ou vinculações, de natureza legal ou constitucional, na forma da Lei Complementar 208/2024, isentando o cessionário de qualquer coobrigação.

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1. Para fins exclusivos de controle, conciliação, rastreabilidade e transparência, será utilizada Conta Vinculada, sujeita a regime de movimentação restrita, destinada ao acompanhamento dos valores arrecadados referentes aos Direitos Creditórios objeto da cessão.

3.2. Na presente operação, os contribuintes permanecerão efetuando o pagamento de seus tributos normalmente ao Município, sem qualquer alteração nos canais, formas, prazos ou condições de arrecadação, permanecendo íntegra a titularidade pública da atividade arrecadatória.

3.3. Os valores efetivamente pagos pelos contribuintes, relativos aos créditos cedidos, ingressarão inicialmente nos cofres municipais, sendo posteriormente repassados ao Cessionário devidamente homologado, mediante repasse financeiro em regime de D+1 (um dia útil bancário subsequente), contado da data do efetivo



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SUBSECRETARIA DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

crédito dos recursos ao Município.

3.4. O repasse ao Cessionário será realizado para conta bancária por ele indicada, observado o prazo estabelecido, vedada qualquer forma de antecipação, compensação, desconto, incidência de taxas, variações financeiras ou ajustes que possam caracterizar responsabilidade, compromisso, garantia ou dívida do Município perante o Cessionário.

3.5. O fluxo de repasse ora disciplinado não se vincula, não se condiciona e não se confunde com o dever de pagamento dos créditos tributários, permanecendo a obrigação de pagamento integral e exclusiva com os respectivos devedores ou contribuintes, em todos os momentos.

3.6. A utilização da Conta Vinculada não altera o caráter pro soluto da cessão, nem implica assunção de risco de inadimplência pelo Município, constituindo-se apenas em mecanismo operacional de controle e transparência.

CLÁUSULA QUARTA

4.1. A cobrança judicial e extrajudicial dos créditos objeto da presente cessão permanece integralmente sob responsabilidade exclusiva do Município, não sendo transferida ao Cessionário qualquer prerrogativa, poder coercitivo, substituição processual ou atuação direta perante os contribuintes, em observância ao regime jurídico dos créditos públicos e ao disposto na Lei Complementar nº 208/2024.

4.2. Para fins exclusivos de acompanhamento, transparência, rastreabilidade e controle dos valores arrecadados, o Município disporá de plataforma eletrônica específica, dedicada exclusivamente à presente operação.

4.3. A referida plataforma terá caráter meramente informacional e gerencial, não substituindo, interferindo ou condicionando os sistemas oficiais de arrecadação do Município.

4.4. Os valores pagos pelos contribuintes ingressarão exclusivamente nas contas oficiais do Município, cabendo a este promover o repasse ao Cessionário, nos prazos e condições contratuais estabelecidos.

4.5. O acesso do Cessionário à plataforma e às informações nela contidas não caracteriza delegação de atividade tributária, não autoriza contato direto com contribuintes para fins de cobrança, nem confere poderes para negociar, parcelar, transacionar ou modificar créditos, os quais permanecem sob titularidade administrativa do Município quanto à gestão da cobrança.

4.6. O tratamento das informações observará rigorosamente a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), sendo vedada qualquer utilização dos dados para finalidade diversa da execução do presente contrato.

4.7. O Município Cedente e o Cessionário comprometem-se reciprocamente a atuar de boa-fé e de forma cooperativa, de modo a assegurar a preservação do interesse conjunto no efetivo e tempestivo recebimento dos valores a serem recebidos.

CLÁUSULA QUINTA

5.1. O presente Contrato é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, sem possibilidade de arrependimento ou alegação de desconhecimento dos créditos, para nenhuma das partes, ressalvada a condição resolutiva prevista neste contrato.

5.2. O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura e produz efeitos de forma definitiva, não se sujeitando a termo final de vigência típico de contratos de prestação de serviços ou fornecimentos.



5.4. Efetivada a cessão, o Cedente não responderá, em nenhuma hipótese, pela inadimplência, solvência ou capacidade econômico-financeira dos devedores, tampouco por eventuais frustrações na recuperação dos créditos cedidos.

6.1. Aplica-se ao presente Contrato as disposições do Código Civil, no que não contrariarem normas cogentes de Direito Público, bem como as normas da Lei Complementar 208/2024 e Lei de Licitações – Lei 14.133/21.

7.1. Fica eleito o foro central da comarca da cidade de Macapá, Estado do Amapá, para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste Contrato.

8.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei n.º 14.133/21, bem como no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133/21.

9.1. Integram este Contrato, para todos os fins de direito e de forma indissociável, os documentos que compõem o respectivo processo administrativo, em especial, o Estudo Técnico Preliminar, o Estudo Econômico-Financeiro, o Termo de Referência e o Edital do certame.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente instrumento em quatro vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo nomeadas.

Macapá/AP, de de 2026.

MUNICÍPIO DE MACAPÁ
Secretária de
Cedente

Cessionário

TESTEMUNHAS:

1. 2.

CPF/MF n°. CPF/MF n°.